

Nós, Defensores e Defensoras de direitos humanos representantes de diversas organizações sociais do México, Colômbia e Brasil, reunidos entre os dias 28 a 30 de setembro de 2015, na sede nacional da Cáritas Brasileira, Brasília-DF, por ocasião do SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO A DEFENSORES E DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS, vimos manifestar o nosso apoio e reiterar as recomendações da Carta abaixo:

CARTA ABERTA DOS POVOS INDÍGENAS, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS E AGRICULTORES FAMILIARES DA REGIÃO CENTRO-OESTE

Nós, os representantes dos Povos Indígenas do Conselho Terena e Aty Guasu, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares: Povos Indígenas, Ciganos Calonse Roms, Quilombolas, Comunidades Pantaneira, Retireiros do Araguaia, Populações Extrativistas, Pescadores Artesanais, Raizeiras, Povos de Terreiro, e Agricultores Familiares, reunidos entre os dias 24 a 26 de setembro de 2015, por ocasião da oficina regional de formação sobre a Lei 13.123/2015, sobre acesso aos conhecimentos tradicionais e patrimônio genético, e repartição de benefícios, vimos por meio desta nos manifestar nos seguintes termos:

Para além de discutir a Lei, o objetivo das oficinas solicitadas pela Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, sempre foi de fortalecer a mobilização entre os Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares, e a razão desta oficina regional estar acontecendo no Estado do Mato Grosso do Sul, se dá em decorrência do alto índice de violência que vem sofrendo os Povos Indígenas das etnias Guarani Kaiowa, Terena, Kadiweu, e Kaiowa.

Nos últimos meses essas violações de direitos estão em constante crescimento diante da luta pela demarcação dos territórios indígenas dessas etnias, bem como pela ofensiva do agronegócio local, diante da omissão dos Poderes Públicos (Legislativo, Executivo e Judiciário) e ofensivas praticadas especialmente pela maioria dos Deputados da Assembleia Legislativa do Estado, que além de se omitir diante do genocídio que está ocorrendo, com 390 indígenas mortos e inúmeros feridos, optou por perseguir organizações e lideranças que trabalham na defesa dos nossos direitos, o que se instrumentalizou pela instalação da CPI do Conselho Indigenista Missionário-CIMI.

Em um espaço de vinte dias, iniciando-se no dia 01 de setembro, com a execução de Simião Vilhalva, quando o atual Ministro da Justiça Eduardo Cardozo, afirmou que iria aplicar a Lei para encerrar o conflito, ocorreram ataques diários e subsequentes, ocasionando a morte e perseguição das lideranças, restando diversas pessoas feridas, entre mulheres, crianças e idosos, e recentemente o Cacique Elpídio Pires que foi baleado no abdômen durante o atentado do dia 20 de setembro.

Além dessas ações, denunciemos a criminalização dos movimentos sociais na cidade de Campo Grande que, através de uma Lei municipal, proíbe acampamentos na cidade. Referida medida atenta contra o direito constitucional de ir, vir e ficar, de

livre manifestação e do exercício da cultura, na medida em que impacta diretamente nas manifestações de movimentos sociais e nos elementos culturais do Povo Cigano que se estabelece nos locais mediante acampamentos.

Essas ações, são exemplos de como o agronegócio se utiliza de mecanismos do Poder Público para satisfazer suas pautas, atuando em interesse próprio, violando nossos direitos ancestrais e fundamentais.

Diante disso, os Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares deram continuidade à sua aliança, e unidos, no dia 24 de setembro ocuparam a Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul para REPUDIAR a instalação da CPI do CIMI, e REIVINDICAR seja instalada CPI do Genocídio Indígena para apurar os responsáveis pelos ataques sistemáticos que os Povos da região vem sofrendo. Nesse contexto, após as manifestações em plenário, enquanto as pessoas se retiravam, os seguranças da Assembleia Legislativa, fora do prédio, agrediram e tentaram apreender o Advogado Popular Rogério Batalha, do Coletivo Terra Vermelha, por ordem da Deputada Ruralista Mara Caseiro (PTdoB).

Além disso, o Advogado Indígena Luiz Eloy, da etnia Terena, recebeu uma notificação pela comissão do Agronegócio da OAB-MS, para prestar esclarecimentos, sobre os motivos que o levaram a constar no rol das pessoas a serem investigadas pela CPI do CIMI.

Repudiamos veementemente as ofensivas do agronegócio, que se utiliza do Poder Público para impor seus interesses.

Denunciamos referidas ofensivas à população e ao Poder Público especialmente para pleitear:

1. **Ao Ministério Público Federal (MPF) para que apure a relação dos Deputados da Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul com os ataques que estão ocorrendo no Estado, punindo na forma da Lei os envolvidos;**
2. **À Ordem dos Advogados do Brasil, Federal e Estadual, para que se posicionem a respeito da perseguição e criminalização, das lideranças, dos Advogados Populares e das organizações que têm trabalhado na defesa dos movimentos sociais;**
3. **À Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, para que acolham as denúncias aqui presentes e tomem providências para que referidas perseguições cessem imediatamente;**
4. **À Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul para que cesse com a CPI do CIMI, por se tratar de flagrante perseguição e criminalização de Defensores de Direitos Humanos e apor acirrar ainda mais o conflito na região, invés de resolver o problema, pede-se seja instalada, imediatamente, uma Comissão Parlamentar de Inquérito com o objetivo de apurar o genocídio em curso no Estado do Mato Grosso do Sul;**
5. **À Câmara dos Vereadores da Cidade de Campo Grande/MS para que altere imediatamente a Lei Municipal que proíbe acampamentos na Cidade, pois é**

flagrantemente inconstitucional na medida em que ofende os direitos de ir, vir e ficar, de livre manifestação e do exercício da cultura, especialmente a cultura Cigana.

Não nos calaremos!

“Nós aqui”

*Campo Grande, forte gigante
Berço do Ipê Rôxo
Muito chão-prêto e calor
É um gigante colosso
Nós somos os “Retireiros”
que viemos do Mato Grosso.*

*Uma cidade pequena
À beira do Araguaia
Tem a beleza natural,
De suas famosas praias
O canto suave das gaivotas
E o branco puro das garças*

*Vemos com um objetivo
De poder compartilhar,
Da cultura e tradição,
De quem viemos representar.
Pedimos ao Pai Maior,
Que venha nos direcionar.*

*Êta oficina boa !!!
Minha família aumentou
Com os parentes ciganos
Índios e Pantaneiros
Raizeiras e Quilombolas
E os Povos de Terreiros*

*Que rica sabedoria ... !
Cada parente tem!
Culturas diferenciadas
E conhecimentos também.
São parentes tradicionais,
E com isso, me dei bem.*

*A equipe do G.T.
É uma equipe perfeita.
A Equipe PONTO GOVE,*

*É uma equipe "PORRETA"!
Tem cacife e sabedoria
Em todo o jeito se ajeita.*

*Foram momentos ricos
De conhecimentos e orientação
Cito aqui o grande exemplo,
Da mandioca do Manelão
Da semente de Dona Adalice,
O viagra do Sertão.*

*Tivemos muito que apreender
Cultura e tradição,
Dos parentes povos ciganos,
Me chamou muita atenção
Seu jeito nobre de ser
Me causou admiração*

*E os povos de terreiro
Com rica sabedoria
Exerce suas tradições
Com grande supremacia
Seguem seus rituais sagrados
Na linha, com harmonia.*

*Quero externar meu apoio
Aos índios em conflito
Meu repúdio a todos aqueles
Que causaram o genocídio
Peço a intervenção de Deus
Aos nossos irmãos sofridos*

*Porque não falar também
De nosso povo Pantaneiro!
Que enfrentam desafios
Com ameaças de fazendeiros
Por não respeitarem tradições
E o direito de ser herdeiro!*

*Estamos todos na luta
De um objetivo comum
Defender nossos direitos
E a tradição de cada um
Nosso TEMA é: todos por todos
E unir força UM a UM.*

Obrigada Pai criador

Pela oportunidade cedida
Pelos organizadores e a forma de
Acolhida
Pelos três dias de trabalhos,
Com essa gente querida.

Eu, Hermínia Silva Sales, Retireira do Araguaia.

ASSINAM A PRESENTE CARTA TODAS AS ORGANIZAÇÕES PRESENTES no SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO A DEFENSORES E DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS.

José Augusto Tenue de Almeida
Juscilino Santos de Lima - AMENCAR - *[Signature]*
Júlia Lima - ARTIGO 19
Yana Emilia da Silva - Instituto DH
Egidio Alves Sampaio CPT-PA
Comite Gomes de Almeida
Núcleo de Direitos Humanos de
Gracillette Adroador
Turky Paulino MAB
Luzia Queiroz Santos
Maurícia Romão - MST *[Signature]*
Carlos A. Gouveia - Programa Somos Defensores *[Signature]*
Betty Pedroni - Protection Desk - COL
Alicia de Marchi Pereira de Souza - Justiça Global *[Signature]*
Rosivaldo Ferruz de Silva (Coique Bohon Tupimantã)
[Signature]
Sandra Cavallho - Justiça Global *[Signature]*
Padro Romo *[Signature]* SERAPAZ MEXICO
Edgar Cortez *[Signature]* INMDAD MEXICO
Alexandrina Farias Leite CIMI *[Signature]*
2010 32.515
[Signature] Justiça Global
Luzia Queiroz Santos - terra de Direitos

Orina Batista Gomes
maria das Neves Chaves
Dionizete Mouro

Ulisses Terto Neto
Luciana C. F. Privato

Terra de Direitos
PEPDSH-PE
PEPDDH-PE

UNIVERSITY OF ABERDEEN (REINO UNIDO)
Terra de Direitos